



COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE
DIRETORIA DA PRESIDÊNCIA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
GERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS
SETOR DE CONTABILIDADE

RESUMO CONTÁBIL

Natal, 15 de setembro de 2023.



BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo	Nota	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro 2021
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	55.722	70.658
Contas a Receber	5	1.493	4.037
Estoques	7	3.764	8.081
Tributos a Compensar	8	4.806	6.843
Despesas Antecipadas		3	33
Outros Créditos	6	2.494	2.577
Total do ativo circulante		68.282	92.231
Não Circulante			
Realizável a longo prazo	9	2.895	2.635
Depósitos/Bloqueios judiciais e Contratuais		2.827	2.632
Outros Valores a Receber		68	3
Investimentos		30	30
Imobilizado Líquido	10	174.130	304.366
Intangível		119	87
Total do ativo não circulante		177.174	307.118
Total do Ativo		245.456	399.349

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo e Passivo a descoberto	Nota	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro 2021
Circulante			
Fornecedores	13	2.544	4.067
Obrigações Trabalhistas	11	4.791	5.219
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	12	133.295	123.260
Obrigações Societárias		1	1
Contas a Pagar	13	619	670
Outros Passivos	14	2.849	2.494
Receitas Antecipadas	15	977	0
Total do passivo circulante		145.076	135.712
Não Circulante			
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	12	102.657	104.329
Provisão para contingências	16	55.494	68.885
Créditos para aumento de capital	19.a	302.047	269.865
Receitas Antecipadas	15	23.284	0
Total do passivo não circulante		483.481	443.080
Total do passivo		628.558	578.792
Passivo a descoberto			
Capital Social	18	432.843	432.843
Ajustes de Avaliação Patrimonial	20	27.942	20.881
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	19.b	69.635	69.635
Prejuízos acumulados	20.b	(913.522)	(702.802)
Total do patrimônio líquido		(383.102)	(179.443)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		245.456	399.349

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Descrição	Nota	Período de doze meses findos em 31 de dezembro de	
		2022	2021
Receita Líquida dos serviços	22	93.166	77.929
Custos operacionais	23	(63.496)	(55.729)
Lucro Bruto		29.670	22.200
(Despesas)/Receitas operacionais		(196.642)	(60.426)
Despesas administrativas e gerais	24	(37.911)	(33.700)
Despesas com provisão de perdas estimadas sobre créditos	25	(2.739)	(1.658)
Despesas tributárias		(1.742)	(1.391)
(Provisões)/Reversões para passivos contingentes	26	4.159	(6.529)
Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	10	(158.326)	(17.239)
Outras (despesas)/receitas operacionais	27	(83)	91
Lucro/(Prejuízo) antes das receitas e despesas financeiras		(166.972)	(38.226)
Receitas financeiras	28	11.740	11.146
Despesas financeiras	28	(56.409)	(40.398)
Lucro/(Prejuízo) antes dos tributos		(211.641)	(67.479)
IRPJ e CSLL		0	0
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício	20.b	(211.641)	(67.479)
Lucro/(Prejuízo) líquido por ação (em R\$)		(0,0012)	(0,0004)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Descrição	Nota	Período de doze meses findos em 31 de dezembro de	
		2022	2021
Resultado do Período		(211.641)	(67.479)
Outros Resultados Abrangentes		-	-
Ganhos/Perdas Atuariais em planos de pensão	21	7.061	12.736
Resultado Abrangente Consolidado do Período		(204.580)	(54.743)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Descrição	Nota	Capital social (Nota 18)	Adiantamentos para Aumento de Capital (Nota 19.a)	Ajustes de Avaliação Patrimonial (Nota 21)	Lucros/ (Prejuízos) acumulados (Nota 20.b)	Total do Patrimônio Líquido
Em 31 de dezembro de 2020		432.843	0	8.145	(625.960)	(184.972)
Ajustes de Exercícios Anteriores	20.a				(9.364)	(9.364)
Lucro/Prejuízo líquido do período	20.b				(67.479)	(67.479)
Adiantamentos para Aumento de Capital	19.a		69.635			69.635
Ajustes de Avaliação Patrimonial	21			12.736		12.736
Em 31 de dezembro de 2021		432.843	69.635	20.881	(702.802)	(179.443)
Mutações do período		0	69.635	12.736	(76.843)	5.529
Em 31 de dezembro de 2021		432.843	69.635	20.881	(702.802)	(179.443)
Ajustes de Exercícios Anteriores	20.a				921	921
Lucro/Prejuízo líquido do período	20.b				(211.641)	(211.641)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	21			7.061		7.061
Em 31 de dezembro de 2022		432.843	69.635	27.942	(913.522)	(383.102)
Mutações do período		0	0	7.061	(210.720)	(203.658)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

Descrição	Nota	Período de doze meses findos em 31 de dezembro de	
		2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro/Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	20.b	(211.641)	(67.479)
Ajustes do Lucro Líquido			
Depreciação e amortização	10	16.662	17.024
Perdas pela não Recuperabilidade de Ativos	10	158.326	17.239
Ajustes de Avaliação Patrimonial	21	7.061	12.736
Ajustes de Exercícios Anteriores	20.a	921	(9.364)
Provisões (reversão) para contingências judiciais	26	(4.153)	6.529
Provisões (reversão) para perdas com créditos esperadas	25	2.739	1.658
Despesas de atualização monetária	28	30.475	11.382
Baixas de Imobilizado	10/20.a	238	9.299
Redução (Aumento) de Ativos			
Contas a receber	5	(195)	(2.321)
Estoques	7	4.317	4.094
Tributos a Compensar/Recuperar	8	2.038	(5.269)
Despesas antecipadas		30	32
Outros créditos	6	83	(269)
Outros ativos não circulantes	9	(260)	(1.009)
Aumento (Redução) de Passivos			
Fornecedores	13	(1.523)	(857)
Obrigações Trabalhistas	11	(428)	735
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	12	8.362	14.210
Receitas Antecipadas	15	24.261	-
Outras Obrigações	13/14	304	644
Outros passivos não circulantes	16	(7.526)	(689)
Caixa gerado pelas operações			
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		30.086	8.326
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Juros sobre investimentos		-	(8)
Devolução de investimentos		-	9
Aquisições de imobilizado	10	(44.965)	(15.255)
Aquisições do Intangível		(57)	(84)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(45.022)	(15.338)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Crédito para aumento de capital		-	59.880
Caixa líquido das atividades de financiamento		-	59.880
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		(14.936)	52.867
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	70.658	17.791
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	4	55.722	70.658
Varição de Caixa e Equivalentes de Caixa		(14.936)	52.867

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Descrição	Nota	Período de doze meses findos em 31 de dezembro de	
		2022	2021
1	Receitas	103.379	87.888
1.1	Vendas de mercadoria, produtos e serviços	104.750	88.470
1.2	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.739)	(1.658)
1.3	Outras Receitas	1.368	1.076
2	Insumos adquiridos de terceiros	(188.246)	(49.413)
2.1	Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(20.347)	(16.533)
2.2	Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(12.485)	(8.413)
2.3	Perda / Recuperação de valores ativos	(159.573)	(17.938)
2.4	Provisões para Contingências (Reversão/Constituição)	4.159	(6.529)
3	Valor adicionado bruto	(84.868)	38.475
4	Retenções	(16.662)	(17.024)
4.1	Depreciação e amortização	(16.662)	(17.024)
5	Valor adicionado líquido	(101.530)	21.451
6	Valor adicionado recebido em transferência	11.740	11.146
6.1	Receitas financeiras	11.740	11.146
7	Valor adicionado a distribuir	(89.790)	32.597
8	Valor adicionado distribuído	(89.790)	32.597
8.1	Pessoal	45.924	40.714
8.1.1	Remuneração Direta e encargos sociais	34.557	29.886
8.1.2	Benefícios	8.274	8.554
8.1.3	FGTS	3.093	2.274
8.2	Impostos, taxas e contribuições	19.518	18.963
8.2.1	Federais	15.847	15.265
8.2.2	Estaduais	3	4
8.2.3	Municipais	3.668	3.694
8.3	Remuneração de capitais de terceiros	56.409	40.398
8.3.1	Juros e Correção Monetária	56.409	40.398
8.3.2	Aluguéis	0	0
8.4	Remuneração de capitais próprios	(211.641)	(67.479)
8.4.1	Lucros retidos / Prejuízo do exercício	(211.641)	(67.479)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

1. Informações Gerais e contexto operacional

A Companhia Docas do Rio Grande do Norte é uma empresa pública, sob a forma de sociedade anônima, de capital fechado, controlada pela União, vinculada ao

então Ministério da Infraestrutura, regida pelo Estatuto Social, especialmente, pelo seu Decreto de criação, Decreto nº 66.154, de 03 de fevereiro de 1970, e pelas Leis 13.303, de 30 de junho de 2016 e Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, com alterações da Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e demais legislações aplicáveis.

A Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN é uma autoridade portuária que administra diretamente os portos públicos do Rio Grande do Norte - Porto de Natal e de Areia Branca (Terminal Salineiro de Areia Branca) e, por força de delegação do Governo Federal (Decreto nº 99.475/1990), o Porto de Maceió, do Estado de Alagoas. Neste último caso, conforme Convênio de Descentralização nº 001/2020, celebrado entre o Ministério da Infraestrutura e a CODERN, em 23.06.2020, tendo sido renovado pelo 4º aditivo nº 001/2020, com vigência até 17.06.2023.

Ressalta-se que no citado Convênio, foi previsto a constituição de um Grupo de Trabalho, composto por representantes do Ministério da Infraestrutura e da CODERN para análise, avaliação e elaboração de proposta, visando a departamentalização da Administração do Porto de Maceió na CODERN. O Grupo de Trabalho concluiu o estudo em 10/12/2020, que, a CODERN aguarda definição do Ministério Supervisor, quanto à concretização do assunto.

O Porto de Natal se destaca pela movimentação das exportações de Frutas para o mercado Europeu e pela importação de trigo vindo do Canadá e da Argentina, mesmo diante da forte influência dos Portos do Ceará e de Pernambuco, Portos estes mais robustos na infraestrutura portuária e atuando como concentradores de cargas da região Nordeste. O Porto propicia também excelente infraestrutura de Terminal para embarque e desembarque de passageiros de navios de turismo, fortalecendo o potencial turístico da cidade de Natal.

O Terminal Salineiro de Areia Branca, conhecido como Porto Ilha, por ser uma ilha artificial em alto mar, é responsável pelo escoamento do sal a granel produzido no RN, maior produtor brasileiro desse produto; garantindo condições operacionais na recepção do sal oriundo das salinas e, sobretudo, na exportação para o mercado doméstico, atendendo às indústrias cloro-químicas do Sul e Sudeste e para o mercado internacional, particularmente para o mercado africano e para o mercado norte americano com o fito de utilização no degelo das nevascas ocorridas nos Estados Unidos.

O Porto de Maceió se destaca pelas exportações de açúcar a granel, produto de forte influência econômica no Estado de Alagoas, sal, bem como de outros graneis sólidos como fertilizantes e trigo. Tem também forte influência o granel líquido petróleo e seus derivados.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As informações contábeis são preparadas de acordo com os International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) e, também em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R5) - Apresentação das Demonstrações Contábeis (IAS 1).

As informações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que no caso de ativos financeiros disponíveis para venda e outros passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação das informações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apresenta prejuízo acumulado no montante de R\$ 211.641mil. Tais Prejuízos no período corrente ocorreram principalmente em decorrência da provisão de perdas pela não recuperabilidade de ativos, no montante de R\$ 158.326mil. No tocante ao Prejuízo acumulado de exercícios anteriores registra um total de R\$ 702.802 mil, acumulando no exercício em questão o montante de R\$ 913.522mil.

A administração da Companhia, buscando a adequação da sua estrutura de capital, para que possa promover um continuado crescimento nas atividades operacionais, está expandindo e melhorando a infraestrutura da sua área operacional e cumprindo a sua missão como Autoridade Portuária. Para isso, a Diretoria Executiva - DIREXE mantém mensalmente uma reunião de governança onde é apresentado o resultado dos indicadores do Plano de Saneamento Financeiro - PSF, discutido os resultados e definido metas para o próximo período. Com isso, a consciência situacional de todos os integrantes da CODERN vai sendo atualizada mês a mês, de forma sistêmica e comprometida, alinhada com os objetivos estratégico da Empresa.

O PSF é uma ferramenta de apoio à governança da CODERN, que tem seus objetivos voltados para a manutenção do equilíbrio orçamentário e a promoção do crescimento financeiro e econômico.

Com a sua implantação, em outubro de 2019, ele tem reduzido as incertezas nas tomadas de decisões, proporcionando um alinhamento coerente e seguro com o processo decisório. O PSF como ferramenta de mensuração e análise de resultados, se torna relevante para estabelecer padrões de desempenho que busquem a excelência na otimização de despesas e geração de receitas, além de atender às determinações do controle interno e externo da administração Pública Federal e promover uma governança com efetividade.

A função prioritária do PSF continua sendo a gestão de resultados, por meio de um monitoramento contínuo que permite levantar as demandas das áreas operacionais e administrativas da Empresa, visando o melhor controle das despesas e o crescimento de receitas, melhorando os resultados.

Embora o PSF venha contribuindo de forma relevante para a gestão financeira e orçamentária, os resultados ainda não apresentam uma liquidez que permita realizar investimentos na infraestrutura da CODERN, motivando, assim, a necessidade de aportes de recursos como "Participação da União no Capital - PUC", para investimentos no ativo imobilizado.

Com a entrega do Terminal Salineiro de Areia Branca - TERSAB, decorrente do processo de arrendamento, a CODERN viverá um novo momento no seu perfil orçamentário e financeiro, e, somente no exercício de 2023, teremos uma melhor avaliação do resultado desse novo perfil.

Como conclusão, podemos ressaltar que esse novo perfil da CODERN exigirá uma ação comercial mais agressiva, com o objetivo de buscar novos negócios para o Porto de Natal, visando um crescimento comercial para compensar a perda de receitas.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis para elaboração e apresentação das demonstrações financeiras são apresentadas a seguir:

3.1 Conversão de moeda estrangeira e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Empresa são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Empresa atua ("moeda funcional").

As demonstrações financeiras são apresentadas em R\$ (reais) que é a moeda funcional da Empresa e, também, a moeda de apresentação.

3.2 Ativos e passivos circulantes e não circulantes

No Circulante estão registradas as contas com vencimento até 12 meses. Acima desse prazo estão agrupadas no ativo não circulante e passivo não circulante, conforme parágrafos 1º, 2º e 3º, itens I e II, do Artigo 178 e itens I e II do Artigo 179, da Lei 6.404/76, alterados pelo artigo 37 da Lei 11.941 de 27 de maio de 2009.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outras aplicações financeiras de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido dos saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas como "empréstimos" no Balanço Patrimonial.

3.4 Clientes e outras contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Empresa. Se o prazo de recebimento é equivalente a 12 meses ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

A Companhia definiu como política para provisão de créditos de liquidação duvidosa um percentual de provisão baseado em expectativas futuras e eventos passados. No que se refere aos saldos não vencidos, com base na representatividade das provisões realizadas no contas a receber em atraso com relação ao faturamento

anual, estimou-se um percentual de expectativa de perda a ser provisionado.

3.5 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o custo médio. Os valores registrados nos estoques compreendem a materiais alocados nos almoxarifados da Sede, Terminal Salineiro de Areia Branca e Maceió.

3.6 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico menos a depreciação acumulada e perdas com ajuste ao valor recuperável - *Impairment*. O custo histórico inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamentos relacionados com ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for possível que benefícios econômicos futuros fluam para a empresa e esses custos possam ser mensurados com confiabilidade.

A empresa utiliza as taxas de depreciação societária e calculada usando o método linear considerando o custo do imobilizado e seu valor residual.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "outros ganhos/(perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

O saldo das imobilizações em curso compõe-se de bens em construção ou recuperação, cujos valores são transferidos para o imobilizado técnico após a conclusão dos mesmos, comprovado pelo respectivo Termo de Recebimento definitivo da obra.

As taxas de depreciação são apresentadas a seguir:

Bens em Operação	Taxa Anual
Infraestrutura Marítima	3,33% a 50%
Infraestrutura Acostagem	3,33% a 50%
Infraestrutura Terrestre	3,33% a 4%
Armazenagem	3,33% a 4%
Equipamentos	3,33% a 20%
Bens Administração	Taxa Anual
Terrenos	0%
Edifícios e Benfeitorias	3,33% a 4%
Instalações	4% a 10%
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	10% a 20%
Equipamentos de Informática	20%
Móveis e Utensílios	10%
Veículos	5% a 20%
Ferramentas	20%

3.7 Fornecedores e contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens e/ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, estão apresentadas como passivo não circulante.

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

3.8 Benefícios a empregados

A Companhia é uma das patrocinadoras do Plano Básico Previdenciário 1 - PBP1, CNPB nº 1978.0005-29, administrado pelo PORTUS - Instituto de Seguridade Social, Entidade Fechada de Previdência Complementar - EFPC e está estruturado na modalidade de benefício definido. O plano tem por característica contribuições mensais, em benefício dos empregados, sendo custeado na mesma proporção pela Companhia e pelos empregados.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial relacionado ao plano de aposentadoria de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustado: a) por ganhos e perdas atuariais; b) pelas regras de limitação do valor do ativo apurado; e c) pelos requisitos de fundamentos mínimos. A obrigação de benefício definido é calculada por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é calculado mediante o desconto das saídas futuras de caixa, utilizando-se as taxas de juros que condiz com o rendimento de mercado, as quais são representadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de aposentadoria.

Os ganhos e as perdas atuariais são debitados ou creditados diretamente em outros resultados abrangentes no período em que ocorreram.

As contribuições regulares compreendem os custos líquidos e são registrados no resultado do período em que são devidas.

3.9 Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias incidentes sobre ativos e passivos, quando aplicável.

3.10 Variações monetárias passivas

Variações monetárias passivas - representam os encargos financeiros calculados à taxa Selic sobre o saldo dos recursos transferidos pela União a título de Crédito para Aumento de Capital, desde o dia da transferência até a data da capitalização com base no art. 2º do Decreto nº 2673/1998, alterado pelo art. 74, § único do Decreto nº 8.945/16, bem como as atualizações monetárias sobre PORTUS Patronal, PORTUS parcelado e RTSA - Reserva de Tempo de Serviço Anterior calculados à taxa do INPC.

3.11 Reconhecimento de receitas

A empresa vende serviços previstos no seu contexto operacional que compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades. A receita é apresentada líquida dos impostos, devoluções, abatimentos e dos descontos.

A empresa reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades.

A receita financeira é reconhecida conforme prazo decorrido pelo regime de competência usando o método da taxa efetiva de juros.

3.12 Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na NBC TG 25 (R2) que trata sobre ativos e passivos contingentes, onde estabelece que:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a realização do ganho é praticamente certa, deixando o ativo de ser contingente, requerendo-se assim o seu reconhecimento.
- Passivos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, devendo ser divulgada, para cada classe de passivo contingente, uma breve descrição de sua natureza e, quando aplicável: (i) a estimativa do seu efeito financeiro, (ii) a indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de saída de recursos, e (iii) a possibilidade de qualquer desembolso. Os passivos contingentes para os quais a possibilidade de uma saída de recursos para liquidá-los seja remota não

são divulgados.

• Provisão: São obrigações presentes, reconhecidas como passivo, desde que possa ser feita uma estimativa confiável e seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação.

Considerando a natureza das ações, sua similaridade com processos anteriores, sua complexidade, jurisprudência aplicável e fase processual, os processos são classificados em três categorias de risco: provável, possível e remota, levando-se em conta a possibilidade de ocorrência de perda, tendo como base a opinião de assessores jurídicos.

3.13 Tributos sobre o Lucro

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável apurado conforme legislação e alíquotas vigentes no final do período que está elaborada as demonstrações financeiras.

Por diversos exercícios subsequentes, a Companhia vem apresentando prejuízos fiscais no qual vem gerando ativo fiscal diferido, mas de acordo com a NBC TG 32 (R4) - Tributos sobre o lucro, um ativo fiscal diferido deve ser reconhecido na medida que seja provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais e créditos fiscais não utilizados possam ser utilizados, como não existem estimativas formais sobre a Companhia gerar lucro tributável para compensar os prejuízos fiscais ou créditos fiscais existentes, o reconhecimento do ativo fiscal diferido não foi realizado.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2022	31/12/2021
Recursos em bancos	1.451	3.715
Fundo Rotativo	2	5
Recursos do Tesouro - SIAFI	21.788	64.392
Aplicações financeiras	32.482	2.547
Total de caixa e equivalentes de caixa	55.722	70.658

As aplicações financeiras compreendem as aplicações na modalidade extra mercado com rentabilidade média de 11,86% no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2022, seus rendimentos são reconhecidos como receitas financeiras na demonstração do resultado. Houve redução de 66% no saldo de recursos do tesouro, principalmente pela aplicação de recursos recebidos da União para adequações no Terminal Salineiro de Areia Branca, além disso, houve aumento de 1.175% no saldo de aplicações financeiras principalmente pelo recebimento de recursos da antecipação dos arrendamentos EMPAT MAC 13 no Porto de Maceió e Terminal Salineiro de Areia Branca.

5. Clientes e contas a receber

Composto por valores faturados e não liquidados por parte dos Clientes, bem como, pelos valores pendentes de liquidação referentes a exercícios anteriores, apresentando saldos em 31 de dezembro, assim especificado:

Clientes e contas a receber	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber de clientes	10.320	10.125
Menos: provisão para perdas estimadas sobre créditos	(8.827)	(6.088)
Total Contas a Receber	1.493	4.037

Houve redução de 63% no saldo de contas a receber, sendo a redução atribuída principalmente a revisão realizada nos critérios de estimativa de perda, de forma que os clientes inadimplentes que operam a crédito, possuam estimativa de 100% de perda sobre créditos a vencer.

6. Outros créditos

Os valores apresentados correspondem a valores a receber de empregados, fornecedores e autarquias. A CODERN também apresenta valores a receber do Porto de Recife, bem como do PORTUS relativo a devolução de recursos recolhidos indevidamente em conformidade com o acórdão nº 2738/2016 - TCU -2º câmara.

Os saldos em 31 de dezembro de 2022 estão apresentados a seguir:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamentos	620	565
Outros Valores a receber	493	531
Servidores Cedidos	109	67
Valores a Receber de Terceiros	3.544	3.686
(-) Prov. Devedores - Porto de Recife	(2.271)	(2.271)
Total Devedores Diversos	2.494	2.577

7. Estoques

Os valores reconhecidos nos estoques estão descritos a seguir:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Material de consumo permanente Sede	533	1.393
Material Terminal Salineiro de Areia Branca	2.987	6.489
Material de consumo permanente Maceió	245	199
Total	3.764	8.081

Houve redução de 53% nos saldos de estoque, principalmente em relação a Sede e Terminal Salineiro de Areia Branca, em virtude de saída de bens permanentes que estavam alocados no estoque e foram imobilizados no exercício de 2022 e arrendamento da operação do Terminal Salineiro de Areia Branca, respectivamente.

8. Tributos a Compensar

Refere-se a tributos retidos na fonte sobre aplicações financeira ou de serviços prestados pela Companhia, créditos de PIS e COFINS sobre compras ou serviços

tomados da operação, além de tributos pagos a maior em períodos anteriores.

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Tributos Retidos na Fonte	2.276	632
Tributos sobre Compras e Serviços a Recuperar	295	35
Outros Impostos a Recuperar/Compensar	7.623	6.176
(-) Provisão de perda s/ tributos a Recuperar	(5.388)	0
Total	4.806	6.843

Houve redução de 30% relativo principalmente a provisão de perda para o valor de INSS parcelado no PERSE (R\$ 4.978 mil), porém, parte das contribuições parceladas já estavam pagas (o fato está sendo discutido em processo judicial com a PGFN). Além disso, houve aumento originado de IRRF (come cotas) das aplicações financeiras da Codern e Porto de Maceió, bem como PIS e COFINS pago a maior através do Porto de Maceió.

9. Ativo Realizável a Longo Prazo

Compõe-se de valores referentes a Depósitos judiciais e contratuais, Bloqueios judiciais e clientes a receber em período superior à 12 meses, assim especificados:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber de clientes	60	0
Depósitos/Bloqueios Judiciais e Contratuais	8.213	8.590
(-) Prov. Depósitos/Bloqueios Judiciais	(5.386)	(5.958)
Outros valores a receber	8	3
Total	2.895	2.635

10. Imobilizado líquido

Os valores reconhecidos no ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2022 estão apresentados de acordo com os critérios da nota 3.6 e a conciliação do valor contábil no início e no final do período consta no quadro a seguir:

Discriminação	Custo em 31/12/2021	Adições	Baixas/ Ajustes	Custo em 31/12/2022	(-) Depreciação acumulada	(-) Ajuste ao valor recuperável	31/12/2022	31/12/2021
m Operação	572.007	22.989	(2.314)	592.683	(244.602)	(265.679)	82.403	229.098
:- Imob. Marítima	56.948	1.606	(253)	58.301	(10.218)	(33.008)	15.074	14.790
:- Imob. Acostagem	417.353	19.529	0	436.883	(169.651)	(219.301)	47.931	177.610
:- Imob. Terrestre	496	0	0	496	(230)	0	266	266
:- Imob. Engenharia	2.224	0	0	2.224	(939)	(1.086)	199	1.362
:- Imob. Móveis	94.986	1.854	(2.060)	94.780	(63.563)	(12.284)	18.933	35.070
Administrativa	101.354	2.164	(710)	102.808	(27.374)	(68.101)	7.334	9.778
:- Imob. Móveis	96	0	0	96	0	0	96	96
:- Imob. Bens e Benefícios	81.163	91	(10)	81.243	(11.642)	(64.840)	4.762	6.497
:- Imob. Móveis	11.386	1.245	(0)	12.631	(9.693)	(1.828)	1.111	902
:- Imob. Máquinas, Aparelhos e Móveis	4.471	208	(180)	4.499	(3.141)	(873)	485	1.058
:- Imob. Móveis de Informática	2.017	221	(379)	1.858	(1.269)	(366)	224	483
:- Imob. Móveis e Utensílios	1.072	80	(125)	1.028	(804)	(143)	80	254
:- Imob. Móveis	551	0	0	551	(576)	0	(25)	0
:- Imob. Móveis	99	36	(15)	120	(76)	0	44	28
:- Imob. Conjuntos de Reposição	500	283	0	783	(174)	(51)	558	460
Imob. de Terceiros	63.955	0	0	63.955	(908)	0	63.047	63.955
:- Imob. Marítima	3.113	0	0	3.113	(82)	0	3.031	3.113
:- Imob. Acostagem	60.842	0	0	60.842	(826)	0	60.016	60.842
:- Imob. Formação em Curso	1.535	19.811	0	21.347	0	0	21.347	1.535
	738.852	44.965	(3.024)	780.793	(271.975)	(333.779)	174.130	304.366

Conforme determina a NBC TG 01 (R4) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia realizou teste de recuperabilidade em seu ativo imobilizado no final do exercício de 2022, sendo os ativos agrupados em 04 unidades geradoras de caixa, assim denominadas:

- ü UGC Terminal Salineiro de Areia Branca (controladora)
- ü UGC Porto de Natal (controladora)
- ü UGC Terminal de Passageiros (controladora)
- ü UGC Porto de Maceió (controlada)

Unidade Geradora de Caixa	Saldo em 31/12/2021	Provisão de Perda por Desvalorização	Reversão de Perda por Desvalorização	Saldo em 31/12/2022
UGC Terminal Salineiro de Areia Branca	21.039	152.114	0	173.153
UGC Porto de Natal	90.019	5.902	0	95.921
UGC Terminal de Passageiros	47.157	293	0	47.449

UGC Porto de Maceió	17.239	16	0	17.256
Total	175.454	158.326	0	333.779

11. Obrigações trabalhistas

Os valores de obrigações trabalhistas reconhecidos no passivo circulante compreendem valores relativo a salários, provisões de férias e 13º salários e outras obrigações, assim discriminadas:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Salários e Remunerações a Pagar	613	891
Rescisões a Pagar	0	6
Provisão para Férias	3.006	4.083
Remuneração Confis/Consad	0	22
Outras Obrigações Trabalhistas	211	217
Reclamações Trabalhistas a Pagar	960	0
Diárias	0	1
Total obrigações fiscais e trabalhistas	4.791	5.219

12. Obrigações Fiscais e Previdenciárias

Os valores de obrigações fiscais e previdenciárias reconhecidos no passivo circulante e não circulante compreendem valores relativo a INSS, FGTS, Plano de Previdência Complementar, Tributos correntes ou parcelados, entre outras obrigações, assim discriminadas:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Encargos Sociais e Previdenciários	114.162	104.494
INSS a Pagar	20.429	17.927
FGTS a pagar	252	286
Plano de Previdência Complementar	93.045	85.222
INSS - Autônomos	278	212
INSS - Terceiros	159	848
Obrigações Fiscais	19.132	18.766
Tributos Federais a Recolher	12.124	8.875
Tributos Federais - Terceiros	208	2.549
Parcelamentos Fiscais - Federais	4.790	2.648
Tributos Municipais	603	4.004
Parcelamentos Fiscais - Municipais	1.407	690
Total Obrigações Fiscais e Trabalhistas - Circulante	133.295	123.260

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Encargos Sociais e Previdenciários	58.440	64.289
Plano de Previdência Complementar	58.440	64.289
Obrigações Fiscais	44.217	40.041
Parcelamentos Fiscais - Federais	41.295	39.986
Tributos Municipais	2.921	55
Total Obrigações Fiscais e Trabalhistas - Não Circulante	102.657	104.329

Os valores relativos ao Plano de Previdência Complementar compreendem contribuições dos empregados, patronal, parcelamentos, déficit atuarial, RTSA, bem como o termo de compromisso financeiro firmado em jun/2020 objetivando o saneamento do déficit atuarial, assim discriminadas:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Passivo Circulante	93.045	85.222
PORTUS RTSA	34.350	31.291
Portus - Retido dos Empregados	887	926
PORTUS Assistidos	3.599	2.985
PORTUS - Contribuição Patronal	21.933	20.176
Portus - Parcelado	28.697	25.516
Portus - TCF	3.537	4.266
Portus - Contribuição Extraordinária	42	63
Passivo não circulante	58.440	64.289
PORTUS RTSA	9.258	8.873
PORTUS - Termo de Compromisso TCF	40.636	38.799
Déficit Atuarial - Portus	8.547	16.618
Total	151.486	149.510

13. Fornecedores e Contas a pagar

a) Fornecedores

Valores correspondentes a fornecedores de materiais e prestadores de serviços:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores de bens e materiais	1.782	2.612
Fornecedores de serviços	763	1.455
Total fornecedores	2.544	4.067

b) Contas a pagar

Os valores de contas a pagar correspondem a valores a pagar para concessionárias de serviços essenciais, empregados, estagiários e terceiros, conforme descrito a seguir:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Água e Esgoto	8	0
Energia Elétrica	577	610
Correios	0	2
Telefone	2	4
Internet	2	3
Empregados	6	4
Estagiários	5	9
Terceiros	19	38
Total contas a pagar	619	670

14. Outros passivos

Os valores de outros passivos correspondem principalmente a valores de caução para garantia de contratos ou serviços e outras obrigações, onde detalhamos a seguir:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Caução para Garantia de Contratos ou Serviços	2.718	2.324
Valores Pendentes de Classificação	121	106
Outras Obrigações	8	41
Tribunal Regional Federal	0	20
Contribuição Sindical	1	1
CPMF	1	1
Total contas a pagar	2.849	2.494

15. Receitas Antecipadas

Os valores correspondem a antecipação de receita originados dos leilões nº 07/2021-Antaq da área denominada MAC 13 (Porto de Maceió) e nº 09/2021-Antaq em relação ao Terminal Salineiro de Areia Branca. Os valores recebidos antecipadamente serão realizados como receita no período de 25 anos (prazo do arrendamento).

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Receitas Antecipadas - curto prazo	977	0
Receitas Antecipadas - longo prazo	23.284	0
Total	24.261	0

16. Passivos contingentes e provisão para contingências

As provisões para passivos contingentes estão classificadas em ações trabalhistas, cíveis e tributárias e são apresentadas resumidamente a seguir:

	Contingências cíveis	Contingências trabalhistas	Contingências tributárias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	46.988	3.438	18.459	68.885
Provisões constituídas no período	48	1.903	6.358	8.309
Reversões de provisões	0	(3.662)	0	(3.662)
Reversões de prov. entre contas	171	0	(171)	0
Reversões de provisões	(10.018)	(715)	(7.306)	(18.038)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	37.190	964	17.340	55.494

16.1 Provisões para causas trabalhistas

Compõe-se de valores das reclamações trabalhistas em tramitação na Justiça do Trabalho, registrados na contabilidade por processo, cujo saldo em 31.12.22, totalizou R\$ 964 mil, consideradas como de provável perda, conforme previsto na NBC TG 25 (R2) aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009.

Na matriz, temos 06 processos em andamento, relativos a diferenças salariais, os quais apresentam valores irrisórios.

Na filial Maceió, temos 13 processos em andamento, o de maior relevância possui saldo de 706 mil e corresponde a vantagens de horas extras e reflexos, decorrido o prazo para manifestação do reclamante.

16.2 Provisões para causas cíveis

Corresponde a valores de processos de execuções cíveis tramitando na Justiça Estadual, cujo saldo em 31.12.2022, totalizou R\$ 37.190 mil, consideradas como de provável perda, conforme previsto na NBC TG 25 (R2) aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009.

O saldo de R\$ 35.653 corresponde a um processo da matriz, relativo a contribuições previdenciárias do Portus provenientes do Porto do Recife: 1. TERMO DE CONFISSÃO DE DÍVIDAS - (ano de 1997 - em 180 parcelas - consistentes das contribuições de junho/1993 a novembro/1994 e julho/96 a abril 97) - débito cobrado por parcelas não pagas a partir de 2001, referente as parcelas vencidas de 46 a 48 e 50 a 85 e parcelas vincendas de 86 a 180. 2. Contribuições Normais - Período: julho a dezembro/1999 e fevereiro/2000 a fevereiro/2001 e abril/2001. Houve recursos até o STJ, sendo mantida a condenação solidária da CODERN e o Porto do Recife. Processo remetido ao setor de cálculo para manifestação quanto às impugnações das partes, e processo de indenização por danos materiais e morais.

A CODERN e o PORTUS formalizaram o termo de Compromisso Financeiro do Déficit atuarial, tendo sido reconhecido o débito em junho/2020, cuja 1ª parcela foi paga em agosto/2020 e vem sendo paga mensalmente. A dívida se encontra em fase de negociação.

Na filial Maceió encontra-se registrado 08 processos em trâmite, sendo o mais relevante no valor de R\$ 560 mil, relativo à PETROBRÁS.

16.3 Provisões para causas tributárias

Corresponde a valores de processos de execuções fiscais junto às Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, registrando em 31.12.2022 o montante de R\$ 17.340 mil, consideradas como de provável perda, conforme previsto na NBC TG 25 (R2) aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009.

Na matriz, temos 02 processos em andamento relativo a falta de recolhimento de ICMS de jan/91 a jan/92 e penalidade por falta de emissão de documento fiscal (conhecimento de transporte hidroviário de cargas) referente as prestações de serviços efetivadas no período de jan/90 a dez/91, com saldo de 11.499 mil. As ações possuem garantias de bens que compõem o ativo imobilizado da Companhia.

Na filial Maceió, temos 05 processos em andamento, sendo o processo de maior relevância no total de R\$ 4.191 mil, tendo como credor a União.

16.4 Passivos contingentes classificados como possível

A CODERN é parte ré em diversos processos de execução fiscal, cível e trabalhista junto a Justiça do Trabalho, Justiça Federal e Estadual, Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, não havendo provisão dessas demandas por terem sido classificados pela assessoria jurídica, dentro dos conceitos da NBC TG 25 (R2) aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009, como de perda possível, cujo montante em 31.12.2022 somou R\$ 146.861 mil, assim especificadas:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Causas trabalhistas	5.285	10.781
Causas fiscais	9.170	24.044
Causas cíveis	132.406	122.224
Total	146.861	157.049

Na matriz, temos 38 processos relativo a causas trabalhistas, os mais relevantes correspondem a processo do Ministério Público (TAC) apresentado bens à penhora (R\$ 335 mil), verbas trabalhistas (R\$ 533 mil), aguardando audiência inicial, bem como indenização de horas extras (R\$ 301 mil), aguardando prazo para apresentação de defesa.

Na matriz, temos 08 processos relativo a causas fiscais, correspondem a débitos inscritos na Procuradoria Geral do Estado e Procuradoria Geral da União, no qual alguns possui garantia de penhora de imóvel e recursos financeiros.

Na matriz, temos 44 processos relativo a causas cíveis, os mais relevantes correspondem a contribuições do Portus (R\$ 53.814 mil), questiona-se diversos períodos de contribuições não pagas provenientes dos Portos de Recife, Cabedelo e Maceió: 1) no período de 17 de janeiro de 1991 até 06 de Junho de 2001, em relação ao Porto de Recife; 2) no período de 19 de novembro de 1990 até dezembro de 2010, com relação ao Porto de Maceió; 3) no período de 19 de novembro de 1990 até 31 de dezembro de 1997, com relação ao Porto de Cabedelo; Os processos estão tramitando, sendo um em fase de instrutória na Justiça Federal do Rio de Janeiro e outro em fase de recurso no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro; reequilíbrio contratual/indenização(R\$ 12.480), a decisão interlocutória que afastou a prescrição foi recorrida por agravo ao TRF5; e a operacionalização de escâner de container(11.000.000), aguarda ciência de instrução.

Na filial Maceió, existem 15 processos referentes a causas trabalhistas, sendo que o mais relevante, refere-se às verbas trabalhistas, no valor de R\$ 950 mil, referentes horas extras e reflexos.

Na filial Maceió, identifica-se 06 processos referentes a demandas cíveis, sendo o mais relevante atinente ao PORTUS, no valor de R\$ 12.089 mil.

17. Provisão de Déficit Atuarial - Planos de Pensão

No exercício de 2019, a Codern fez o primeiro reconhecimento contábil relativo ao déficit atuarial do plano de benefício definido PBP1, com base em relatório atuarial e em atendimento ao CPC 33 (R1) - benefício a empregados.

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Déficit Atuarial	8.547	16.618
Total	8.547	16.618

A redução do Déficit ocorreu em virtude do Termo de Compromisso Financeiro que foi firmado com o PORTUS, no valor total de R\$ 38.512 milhões, com entrada de R\$ 265 mil e o saldo residual parcelado em 177 parcelas mensais e sucessivas, que será atualizada mensalmente pelo INPC, acrescido da taxa de juros anual de 4,81% e sistema de amortização Price.

17.1. Cálculo Atuarial do plano pós-emprego

O estudo atuarial do plano apresenta déficit de R\$ 8.547 em 31/12/2022 (R\$ 16.618 mil em 31/12/2021), os valores apurados conforme laudo atuarial e os valores reconhecidos no balanço patrimonial estão demonstrados a seguir:

A. Conciliação da obrigação de benefício definido	Projeção				
	31 dez 23	1 out 22 31 dez 22	1 jul 22 30 set 22	1 abr 22 30 jun 22	1 jan 22 31 mar 22
1. Obrigação de Benefício Definido no início do ano	63.094.613	65.585.437	64.687.645	66.756.201	66.755.618
2. Custo do serviço corrente (parte patronal)	32.056	11.932	74.498	(208.701)	(268.798)
3. Custo dos juros	5.992.073	1.478.147	1.478.033	1.460.672	1.429.436
4. Contribuições de participantes do plano	4.891	(1.693)	(64.211)	218.988	278.965
5. Benefícios pagos	(5.401.404)	(1.456.536)	(1.226.924)	(1.172.177)	(1.414.025)
6. (Ganho) / perda atuarial - remensurações devido a	-	(2.809.413)	388.291	(2.596.832)	(362.440)
6.a. mudança de premias (exceto tx desconto)	-	2.081.509	-	-	-
6.b. mudança de premias (taxa de desconto)	-	(1.749.900)	737.382	(1.833.774)	(962.460)
6.c. Ajustes de experiência	-	(3.141.022)	(349.091)	(763.058)	600.020
6.d. Redução de Direitos (Ativos e assistidos)	-	-	-	-	-
6.e. VA Contribuições Extraordinárias (Ativos e assistidos)	-	-	-	-	-
7. Contribuições Extraordinárias Ativos	-	-	-	-	-
8. Contribuições Extraordinárias Assistidos	1.101.783	286.739	248.105	229.494	337.445
9. Emendas no plano	-	-	-	-	-
10. Reduções	-	-	-	-	-
11. Liquidações	-	-	-	-	-
12. Benefícios especiais de desligamento	-	-	-	-	-
13. Obrigação de Benefício Definido no final do ano	64.824.012	63.094.613	65.585.437	64.687.645	66.756.201

B. Conciliação do valor justo dos ativos do Plano	Projeção				
	31 dez 23	1 out 22 31 dez 22	1 jul 22 30 set 22	1 abr 22 30 jun 22	1 jan 22 31 mar 22
1. Valor justo dos Ativos do plano no início do ano	13.544.240	14.087.573	13.912.921	9.842.317	9.134.431
2. Retorno sobre os ativos do plano, excluindo juros (*)	-	(1.063.177)	(451.751)	3.240.974	(45.029)
3. Contribuições do empregador - paridade (ativos e assistidos)	153.523	34.375	34.205	34.901	44.850
4. Contribuições dos participantes	4.891	(1.693)	(64.211)	218.988	278.965
5. Benefícios pagos (líquido)	(5.401.404)	(1.456.536)	(1.226.924)	(1.172.177)	(1.414.025)
6. Receita dos juros	1.401.438	324.395	328.758	223.558	203.323
7. Contribuições Extraordinárias Ativos	-	-	-	-	-
8. Contribuições Extraordinárias Assistidos	1.101.783	286.739	248.105	229.494	337.445
9. Contribuições Extraordinárias Patronais - (TCF)	4.605.258	1.130.962	1.134.239	1.125.692	1.090.814
10. Contribuições Extraordinárias Patronais - Paridade	1.013.419	201.602	172.231	169.174	211.543
11. Emendas no plano	-	-	-	-	-
12. Reduções	-	-	-	-	-
13. Liquidações	-	-	-	-	-
14. Benefícios especiais de desligamento	-	-	-	-	-
15. Valor justo dos ativos do plano no final do ano	16.423.148	13.544.240	14.087.573	13.912.921	9.842.317
(*) Ganho / (perda) atuarial sobre os ativos	-	-	-	-	-

C. Montantes reconhecidos na demonstração de resultados	Projeção				
	31/12/2023	1 out 22 31 dez 22	1 jul 22 30 set 22	1 abr 22 30 jun 22	1 jan 22 31 mar 22
<u>Montantes reconhecidos na demonstração de resultados do exercício</u>					
1. Custo do serviço corrente (parte patronal)	32.056	11.932	74.498	(208.701)	(268.798)
2. Custo líquido dos juros	4.590.635	1.153.752	1.149.275	1.237.114	1.226.113
2.1 Custo dos juros da obrigação	5.992.073	1.478.147	1.478.033	1.460.672	1.429.436
2.2 Receita de juros ativos	(1.401.438)	(324.395)	(328.758)	(223.558)	(203.323)
2.3 Efeito restrição da obrigação no custo dos juros obrigação	-	-	-	-	-
3. Custo do serviço passado	-	-	-	-	-
4. Perdas (ganhos) sobre Reduções	-	-	-	-	-
5. Perdas (ganhos) sobre Liquidações	-	-	-	-	-
6. Benefícios especiais de desligamento	-	-	-	-	-
7. Ajuste do limite de ativo líquido	-	-	-	-	-
8. Custo do benefício pós-emprego no período	4.622.691	1.165.684	1.223.773	1.028.413	957.315
<u>Montante reconhecido em Outros Resultados Abrangentes (ORA)</u>					
9. Custo total reconhecido em ORA no início do ano	(27.942.166)	(26.195.930)	(27.035.972)	(21.198.166)	(20.880.755)
10. Perdas (ganhos) atuariais	-	(2.809.413)	388.291	(2.596.832)	(362.440)
11. Retorno sobre os ativos do plano, excluindo juros (*)	-	1.063.177	451.751	(3.240.974)	45.029
12. Mudança no efeito do teto de ativo (Asset Ceiling)	-	-	-	-	-
13. Efeito compartilhamento de riscos	-	-	-	-	-
14. Custo total reconhecido em ORA	(27.942.166)	(27.942.166)	(26.195.930)	(27.035.972)	(21.198.166)
(*) (Ganho) / perda atuarial sobre os ativos	-	-	-	-	-

D. Montantes reconhecidos no balanço	Projeção				
	31 dez 23	31 dez 22	30 set 22	30 jun 22	31 mar 22
1. Valor presente das obrigações fundeadas	(16.423.148)	(13.544.240)	(14.087.573)	(13.912.921)	(9.842.317)
2. Valor justo dos ativos do plano	16.423.148	13.544.240	14.087.573	13.912.921	9.842.317
3. Excesso de cobertura	-	-	-	-	-
4. Valor presente das obrigações não fundeadas	(48.400.864)	(49.550.373)	(51.497.864)	(50.774.724)	(56.913.884)
5. Custo do serviço passado não reconhecido	-	-	-	-	-
6. (Ganho) / perda atuarial não reconhecido	-	-	-	-	-
5. Ajuste do limite de ativo líquido	-	-	-	-	-
6. (Passivo) / Ativo líquido inicial	(48.400.864)	(49.550.373)	(51.497.864)	(50.774.724)	(56.913.884)
6.1. Passivo do Patrocinador c/ Redução de direitos	42.335.966	42.943.433	42.912.401	44.068.521	42.890.603
6.2. Passivo do Patrocinador c/ contrib. Futuras (Assistidos)	7.124.251	6.628.809	7.177.393	7.100.089	7.327.978
6.3. Passivo do Patrocinador c/ contrib. Extraordinárias	14.131.191	13.834.174	14.759.740	14.732.238	15.203.911
7 (Passivo) / Ativo líquido residual (6 + 6.1 + 6.2 + 6.3)	15.190.544	13.856.043	13.351.670	15.126.124	8.508.608
7.1. Efeito compartilhamento riscos (Passivo Residual) - participantes	-	-	-	-	-
7.2. Teto de Ativo (Asset Ceiling)	-	-	-	-	-
7.3. Ajuste ao Teto de Ativo (Asset Ceiling)	-	-	-	-	-
8. (Passivo) / Ativo líquido Reconhecido	(48.400.864)	(49.550.373)	(51.497.864)	(50.774.724)	(56.913.884)
Contrato Reconhecimento Débitos da Empresa (TCF)	42.335.966	42.943.433	42.912.401	44.068.521	43.755.712
9. (Passivo) / Ativo líquido Adicional Reconhecido (*)	(6.064.898)	(6.606.940)	(8.585.463)	(6.706.203)	(13.158.172)

(*) Considerando que o valor do contrato esteja registrado no balanço da empresa

D.1. Efeito da restrição da obrigação atuarial - CRPA (*)	Projeção				
	31 dez 23	31 dez 22	30 set 22	30 jun 22	31 mar 22
1. Compartilhamento de riscos com participantes e assistidos - período anterior	-	-	-	-	-
2. Compartilhamento de riscos com participantes e assistidos - período atual	-	-	-	-	-
3. Efeito do compartilhamento de riscos no período - Passivo Atuarial	-	-	-	-	-
4. Efeito do compartilhamento de riscos no Resultado do exercício - despesa líquida dos juros	-	-	-	-	-
5. Efeito do compartilhamento de riscos no período - (contribuição assistido)	-	-	-	-	-
6. Efeito do compartilhamento de riscos - Reconhecido em ORA	-	-	-	-	-

(*) Compartilhamento de riscos com participantes e assistidos

E. Conciliação do ativo/(passivo) líquido:	Projeção				
	31/12/2023	1 out 22_ 31 dez 22	1 jul 22_ 30 set 22	1 abr 22_ 30 jun 22	1 jan 22_ 31 mar 22
1. Ativo/ (Passivo) líquido no início do ano	(49.550.373)	(51.497.864)	(50.774.724)	(56.913.884)	(57.621.187)
2. Custo no período (Resultado do Exercício)	(4.622.691)	(1.165.684)	(1.223.773)	(1.028.413)	(957.315)
3. Ganhos / (perdas) atuariais líquidas de capital (ORA)	-	1.746.236	(840.042)	5.837.806	317.411
4. Contribuições do empregador para o plano	5.772.200	1.366.939	1.340.675	1.329.767	1.347.207
5. Benefícios pagos pelo patrocinador	-	-	-	-	-
6. Combinações de negócios	-	-	-	-	-
7. Alienações do plano	-	-	-	-	-
8. Ganho / perda cambial	-	-	-	-	-
9. Ajuste ao Teto de Ativo (Asset Ceiling)	-	-	-	-	-
10. Compartilhamento de Risco - Valor Reconhecido em ORA	-	-	-	-	-
11. Ativo/ (Passivo) Líquido no final do ano	(48.400.864)	(49.550.373)	(51.497.864)	(50.774.724)	(56.913.884)

17.2. Valor justo dos Ativos

O valor justo dos ativos do plano no período é demonstrado a seguir:

I. Valor Justo dos Ativos do Plano	31 dez 22	30 set 22	30 jun 22	31 mar 22
1. Principais Categorias de Ativos (%)				
1.a Disponível	0,000%	0,000%	0,000%	0,000%
1.b Realizável (Prev e Adm)	73,788%	73,232%	74,168%	77,657%
Contribuições Contratadas	68,445%	68,325%	69,254%	74,475%
Outros: A receber + Dep. Judiciais + G ADM +...	5,343%	4,906%	4,914%	3,182%
1.c Títulos Públicos	3,770%	3,725%	3,736%	2,901%
1.d Créditos Privados e Depósitos	0,000%	0,000%	0,000%	0,000%
1.e Ações	4,006%	3,703%	4,827%	5,457%
1.f Fundos de Investimentos	8,422%	9,511%	7,465%	7,900%
Renda Fixa	0,000%	N/D	N/D	7,885%
Imobiliário	0,000%	N/D	N/D	0,015%
1.g Investimentos Imobiliários	4,63%	4,59%	4,59%	6,03%
1.h Empréstimos e Financiamentos	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
1.i Precatório - FND	5,33%	5,18%	5,17%	N/A
1.j Outros - Depósitos Judiciais	0,05%	0,05%	0,05%	0,06%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

2. Principais Categorias de Ativos (montante)

2.a Disponível	-	(2)	-	-
2.b Realizável (Prev e Adm)	46.205.550	46.363.153	47.124.032	45.221.553
Contribuições Contratadas	42.859.565	43.257.021	44.002.027	43.368.601
Outros: A receber + Dep. Judiciais + G ADM +...	3.345.985	3.106.132	3.122.005	1.852.952
2.c Títulos Públicos	2.361.009	2.358.234	2.373.770	1.689.359
2.d Créditos Privados e Depósitos	-	-	-	-
2.e Ações	2.508.712	2.344.518	3.066.975	3.177.564
2.f Fundos de Investimentos	5.273.474	6.021.687	4.743.343	4.600.254
Renda Fixa	N/D	N/D	N/D	4.591.801
Imobiliário	N/D	N/D	N/D	8.453
2.g Investimentos Imobiliários	2.899.961	2.907.317	2.913.292	3.510.666
2.h Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-
2.i Precatório - FND	3.337.486	3.282.457	3.282.457	N/A
2.j Outros - Depósitos Judiciais	32.984	32.984	32.984	32.984
Total Ativo	62.619.177	63.310.348	63.536.853	58.232.380
(+) Ajuste Valor de Mercado	-	-	-	-
(-) Contribuições Contratadas	(42.859.565)	(43.257.021)	(44.002.027)	(43.368.601)
(-) Contribuições em atraso	(606.227)	(444.993)	(298.193)	(339.921)
(-) Uso Próprio	N/D	N/D	N/D	(155.682)
(-) Exigível Operacional	(596.413)	(526.536)	(511.599)	(722.500)
(-) Exigível Contingencial	(428.156)	(428.157)	(275.622)	(275.622)
(-) Fundo Previdencial	(2.358.166)	(2.474.323)	(2.444.833)	(2.458.113)
(-) Fundo de Investimento	-	-	-	-
(-) Fundo administrativo	(2.403.935)	(2.315.985)	(2.385.245)	(1.252.465)
Valor Justo dos Ativos vinculado à Empresa (*) - inicial	13.366.715	13.863.333	13.619.334	9.659.476
Rentabilidade referente ao período projetado	100.437	105.607	99.521	68.969
Saldo Previdencial referente ao período projetado	77.088	118.633	194.066	113.872
Valor Justo dos Ativos vinculado à Empresa - final	13.544.240	14.087.573	13.912.921	9.842.317

(*) Equivale ao Ativo Justo Total da CODERN (APMC+PN+TAB) após segregação.

17.3. Premissas Atuariais

Os resultados apresentados das obrigações atuariais foram elaborados considerando as premissas a seguir:

F. Premissas adotadas (final do ano)	31 dez 22	30 set 22	30 jun 22	31 mar 22
1. Taxa de desconto (nominal)	9,824%	9,399%	9,534%	9,130%
2. Retorno esperado dos ativos do plano	9,824%	9,399%	9,534%	9,130%
3. Taxa nominal de crescimento salarial futuro	3,50%	3,50%	3,50%	3,50%
4. Reajuste nominal do benefício	-3,50%	-3,50%	-3,50%	-3,50%
5. Idade média de aposentadoria	N/A	N/A	N/A	N/A
G. Base de dados utilizada na mensuração do passivo de fim de ano	31 dez 22	30 set 22	30 jun 22	31 mar 22
1. Data efetiva	30 nov 22	30 nov 21	30 nov 21	30 nov 21
2. Participantes ativos (passivo principal)	63	75	75	75
3. Participantes Assistidos / Beneficiários em gozo de benefício	248	245	245	245
3.a. Aposentados	153	152	152	152
3.b. Pensionistas	95	93	93	93
4. Número total de participantes	311	320	320	320
H. Período de amortização	31 dez 22	30 set 22	30 jun 22	31 mar 22
1. Média esperada de vida de trabalho restante	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Duration da obrigação (utilizada para determinar a taxa de desconto)	7,07	7,67	7,67	7,67

J. Outras premissas atuariais materiais (Descrição):	31 dez 22	30 set 22	30 jun 22	31 mar 22
1. Rotatividade projetada dos empregados	N/D	N/D	N/D	N/D
2. Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 B (Male)	AT-2000 B (Male)	AT-2000 B (Male)	AT-2000 B (Male)
3. Tábua Entrada em Invalidez	Hunter	Hunter	Hunter	Hunter
4. Tábua de Mortalidade de Inválidos	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss
5. Composição familiar	Família Padrão Portus	Família Padrão Portus	Família Padrão Portus	Família Padrão Portus

K. Projeção do fluxo de caixa	Projeção 31/12/2023	1 out 22_31 dez 22	1 jul 22_30 set 22	1 abr 22_30 jun 22	1 jan 22_31 mar 22
1. Pagamentos de benefícios esperados (Líquido)	5.401.404	1.456.536	1.226.924	1.172.177	1.414.025
2. Contribuições esperadas do empregador - paridade	153.523	34.375	34.205	34.901	44.850
3. Contribuições esperadas dos participantes	4.891	(1.693)	(64.211)	218.988	278.965
4. Contribuições esperadas dos Assistidos - extraordinárias	1.101.783	286.739	248.105	229.494	337.445
5. Contribuições esperadas do empregador - paridade (extraordinária)	1.013.419	201.602	172.231	169.174	211.543
6. Contribuições esperadas do empregador - TCF	4.605.258	1.130.962	1.134.239	1.125.692	1.090.814

Legenda: N/A - Não Aplicável
N/D - Não Disponível

I. Conciliação da obrigação de benefício definido - Segregado	1 out 22_31 dez 22		1 jul 22_30 set 22	
	Ativo (BAC)	Inativo (BC)	Ativo (BAC)	Inativo (BC)
1. Obrigação de Benefício Definido no início do ano	34.751.122	30.834.315	33.984.567	30.703.078
2. Custo do serviço corrente (parte patronal)	11.932	-	74.498	-
3. Custo dos juros	789.307	688.840	782.577	695.456
4. Contribuições de participantes do plano	(1.693)	-	(64.211)	-
5. Benefícios pagos	-	(1.456.536)	-	(1.226.924)
6. (Ganho) / perda atuarial	(6.464.164)	3.654.751	(26.309)	414.600
6.a. Ganho / (perda) atuarial - mudança de premissas	103.305	228.304	483.340	254.042
6.b. Ganho / (Perda) atuarial - ajuste de experiência	(6.567.469)	3.426.447	(509.649)	160.558
6.c. Ganho / (Perda) atuarial - Redução de Direitos	-	-	-	-
6.d. VA Contribuições Extraordinárias (Ativos e assistidos)	-	-	-	-
7. Contribuições Extraordinárias Ativos	-	-	-	-
8. Contribuições Extraordinárias Assistidos	-	286.739	-	248.105
9. Emendas no plano	-	-	-	-
10. Reduções	-	-	-	-
11. Liquidações	-	-	-	-
12. Benefícios especiais de desligamento	-	-	-	-
13. Obrigação de Benefício Definido no final do ano	29.086.504	34.008.109	34.751.122	30.834.315

18. Capital social

O Capital Social Autorizado, Subscrito e Integralizado em 31 de dezembro de 2022 soma R\$ 432.843 mil.

Saldos em R\$ mil			
Consolidado			
Acionistas	Em R\$	% Participação	Quantidade de Ações
União Federal	432.843	100%	181.197.364.435

O quadro de ações preferenciais e ordinárias é composto da seguinte forma:

Tipo de Ações	Em R\$	Quantidade de Ações
Ordinárias Nominativas	234.974	98.365.213.231
Preferenciais Nominativas	197.869	82.832.151.204
Total	432.843	181.197.364.435

19. Créditos para aumento de capital

a. Valores registrados no Passivo Não Circulante

Representam os repasses efetuados pelo Tesouro Nacional até a data de 21/06/2018, a serem incorporados ao Capital Social da CODERN, corrigidos mensalmente à taxa Selic de acordo com o disposto no art. 2º do Decreto 2.673/1998.

Créditos para aumento de capital - Atualizável	31/12/2022	31/12/2021
Porto de Natal e Areia Branca	78.205	69.876
Saldo Principal	26.765	26.765
Correção Selic	20.543	15.483
Saldos Residuais - Atualizações Monetárias	30.897	27.628
Porto de Maceió	223.842	199.989
Saldos Residuais - Atualizações Monetárias	223.842	199.989
Total	302.047	269.865

b. Valores registrados no Patrimônio Líquido

Representam os repasses efetuados pelo Tesouro Nacional a partir da data de 22/06/2018, ocasião que a Companhia passou a ser empresa pública, a serem incorporados ao Capital Social da CODERN, sem correção à taxa Selic de acordo com o parágrafo único do disposto no art. 2º do Decreto 2.673/1998.

Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital - Não Atualizável	31/12/2022	31/12/2021
Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Terminal Sal. de Areia Branca	67.351	67.351
Implantação do Programa do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos	1.075	1.075
Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Porto de Natal	743	743
Estudos e Projetos para Infraestrutura Portuária - Nacional	7	7
Aquisição de Grupo-Gerador para o Porto de Natal - No Estado do RN	460	460
Total	69.635	69.635

20. Prejuízos acumulados

a. Ajuste de Exercícios Anteriores

A Companhia realizou lançamentos de ajustes de exercícios anteriores em virtude de retificação de erros não intencionais, onde o impacto no resultado de períodos anteriores corresponde a R\$ -921 mil (R\$ -9.364 em 2021).

Ajustes de Exercícios Anteriores	31/12/2022	31/12/2021
Ativo Não Circulante - Imobilizado	0	(9.299)
Outros Ajustes	921	(65)
Total	921	(9.364)

b. Prejuízo líquido

A Companhia apresentou Prejuízo de R\$ 211.641 mil em 31/12/2022 (Prejuízo de R\$ 67.479 em 31/12/2021), no entanto, ao ajustar o Resultado pelas principais despesas e receitas não desembolsáveis/reembolsáveis, tais como: depreciação, *impairment*, variação monetária passiva e provisões para contingências ou para créditos de liquidação duvidosa, bem como reversões de provisões, houve prejuízo na Companhia, no valor de R\$ 7.598 mil em 31/12/2022 (R\$ 13.646 em 31/12/2021), conforme o quadro a seguir:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Resultado líquido	(211.641)	(67.479)
Ajustes ao resultado líquido		
Depreciação e amortização	16.662	17.024
Perdas/Reversão pela não Recuperabilidade de Ativos	158.326	17.239
Provisões/Reversões	(1.419)	8.187
Despesas de atualização monetária	30.475	11.382
Resultado líquido ajustado	(7.598)	(13.646)

21. Ajuste de Avaliação Patrimonial

O estudo atuarial referente ao plano de benefício definido PBP1 apontou um ganho líquido de R\$ 7.061 mil em 31/12/2022 (R\$ 12.736 em 31/12/2021) relativo ao compartilhamento de risco, o qual foi reconhecido em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial no grupo do Patrimônio Líquido, conforme linha c.14 do quadro informado na Nota 17.1.

22. Receita líquida

O saldo da Receita Operacional Líquida compõe-se dos valores da Receita Operacional Bruta deduzido dos Impostos sobre vendas de serviços, assim discriminado:

Receita bruta dos serviços prestados	Período de doze meses findos em 31 de dezembro	
	2022	2021
Receitas da Infraestrutura de Acesso Aquaviário	25.254	20.206
Receitas da Infraestrutura de Acostagem	4.259	3.989
Receitas da Infraestrutura Operacional ou Terrestre	33.045	34.865
Receitas por Movimentação de Cargas	10.397	4.748
Receitas de Armazenagem	7.315	4.792
Receitas por Diversos Padronizados	10.093	9.512
Receitas com Contratos de Arrendamento	3.252	10.298
Receitas Alternativas	11.134	60
Total da Receita bruta	104.750	88.470
(-) Impostos sobre serviços prestados	(11.584)	(10.541)
Receita líquida dos serviços prestados	93.166	77.929

Houve aumento de 20% na Receita, sendo as contas mais relevantes: Receitas por movimentação de cargas, em virtude do aumento na movimentação de granel sólido no Terminal Salineiro, decorrente do acréscimo de tonelage embarcada (10%), bem assim das Receitas com contratos de uso temporário (Receitas Alternativas), devido a reclassificação do saldo transferido da conta de Receitas com Contratos de Arrendamento, conforme o plano de contas da ANTAQ.

As Receitas com contratos de arrendamento registraram redução, em função da transferência do saldo para a conta de Receitas Alternativas, visto que o contrato de arrendamento se caracteriza como contrato de uso temporário.

23. Custos operacionais

Os custos das atividades operacionais estão discriminados a seguir:

Descrição	Período de doze meses findos em 31 de dezembro	
	2022	2021
Pessoal	29.155	24.613
Serviços	13.307	11.130
Materiais	7.039	5.403
Depreciação	13.994	14.583
Total	63.496	55.729

Verificou acréscimo dos custos em 14%, sendo os observado as seguintes causas em relação a cada grupo:

- Pessoal: aumento de 18% motivado pelos custos das rescisões via PDVE em função das verbas de incentivo;
- Serviços: aumento de 20% motivado pelos serviços de Energia, Balizamento, Seguros, Cadastramento e acesso e OGMO, em função da operação dos Portos;
- Materiais: aumento de 30% motivado pelos custos com combustíveis e gêneros alimentícios da operação do Terminal Salineiro de Areia Branca;
- Depreciação: redução de 4% motivado pela perda com recuperabilidade de ativos (impairment) ocorrido em dez/2022.

24. Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas estão discriminadas a seguir:

Descrição	Período de doze meses findos em 31 de dezembro	
	2022	2021
Pessoal	24.617	24.421
Serviços de Terceiros	9.337	5.424
Utilidades	607	502
Despesas Gerais	2.101	1.969
Depreciação	1.248	1.384
Total	37.911	33.700

Verificou acréscimo das despesas em 12%, sendo os observado que a principal variação ocorreu no grupo de serviços de terceiros - Porto de Maceió, motivado pelo aumento das despesas com Mão de Obra Supletiva, Limpeza, manutenção e conservação, Consultoria, Vigilância.

25. Despesas com provisão de perdas estimadas sobre créditos

Refere-se às Provisões de perdas estimadas de valores a receber de clientes, bem como aos valores de provisões para depósitos e bloqueios judiciais, de acordo com as notas 3.4 e 5.

26. Provisões/Reversões para passivos contingentes

Refere-se à processos trabalhistas, cíveis ou fiscais de provável perda, registrados na contabilidade, bem como de Reversão de Provisões relativas a processos com êxito para a Companhia.

Descrição	Período de doze meses findos em 31 de dezembro	
	2022	2021
Provisão para contingências	(13.964)	(10.799)
Reversão de provisões	18.123	4.270
Saldo líquido de provisões constituídas	4.159	(6.529)

A principal variação no período corresponde a reversão de Provisões Judiciais no valor de R\$ 9.987 mil relativa ao processo do Portus junto a CODERN-Sede.

27. Outras (despesas) /receitas operacionais

Outras receitas e despesas Operacionais referem-se Receitas eventuais recebidos de clientes, reembolso de despesas ou reversão de déficit atuarial, bem como despesas eventuais como ajustes de estoques por extravios, avarias ou perdas, e multas sofridas por órgãos reguladores.

Descrição	Período de doze meses findos em 31 de dezembro	
	2022	2021
Outras Receitas	2.291	1.076
Reembolso de Despesas	2	2
Receitas Eventuais	0	62
Venda de Sucatas	644	0
Liberação de Depósito Recursal	0	3

Taxa para Operação Portuária	4	1
Reversão de déficit atuarial	1.009	1.009
Venda de Almoarifado ao Arrendatário	632	0
Outras Despesas	(2.375)	(985)
Ajustes de Estoques	(1.248)	(699)
Patrocínios	(37)	(92)
Multas	(166)	(194)
Outras	(923)	(0)
Total de Outras Receitas/Despesas	(83)	91

As principais variações nas receitas ocorreram por conta da receita com vendas de sucatas e venda do almoarifado ao Arrendatário do TERSAB. Já as principais variações da despesa ocorreram por conta de ajustes de estoques em inventários e outras por baixa de estoque por venda a arrendatária do TERSAB.

28. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são oriundas de descontos obtidos e juros sobre duplicatas e outras receitas. Já as despesas financeiras são, em grande parte, oriundas da provisão dos juros e variação monetária da dívida junto ao PORTUS Instituto de Seguridade Social e variações monetárias decorrentes dos encargos financeiros sobre Crédito para Aumento de Capital, Decreto 2.673/98, de conformidade com o artigo 9º da Lei 9.718/98 e artigo 406, do Decreto 9.580/18 - RIR.

Descrição	Período de doze meses findos em 31 de dezembro	
	2022	2021
Receitas Financeiras	11.740	11.146
Juros Ativos	376	171
Variações Monetárias Ativas	3.261	408
Multas Ativas	207	552
Descontos Obtidos	742	9.207
Juros s/ ações	0	0
Juros e Correção monetária s/ Dep. Recursal	2	41
Outras Receitas Financeiras	0	766
Rendimentos s/ Aplicação Financeira	7.151	0
Despesas Financeiras	(56.409)	(40.398)
Juros Passivos	(3.528)	(692)
Variações Monetárias	(81)	(5.014)
Encargos Financeiros AVP	0	(4)
Atualização Monetária	(2.218)	(503)
Despesas Bancárias	(111)	(96)
Multas	(1.272)	(941)
Juros s/PORTUS	(5.865)	(6.593)
Variação Monetária s/PORTUS	(11.254)	(12.401)
Variação Monetária s/Créditos de Acionista - Decreto 2678/98	(30.475)	(11.382)
Atualização Monetária - INSS	(792)	(284)
Var. Mont. s/ dívida CODERN	(608)	(410)
Outras Despesas Financeiras	(205)	(2.077)
Total do resultado financeiro	(44.669)	(29.252)

Houve aumento de 5% na receita financeira, as principais variações ocorreram nas contas rendimentos sobre aplicações financeiras originados de recursos recebido da União para aplicação no Terminal Salineiro de Areia Branca, bem como redução de descontos obtidos em função de negociações de débitos tributários junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN.

Houve aumento de 40% na despesa financeira, a variação ocorreu principalmente pelo reconhecimento de multa e atualização monetária de tributos em atraso, bem como atualização monetária dos créditos da união para aumento de capital, sendo o aumento originado pelo aumento da taxa Selic.

29. Partes Relacionadas

A companhia possui uma política de Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, observados seus trâmites societários, conforme disposto no Estatuto Social da CODERN.

Esta política orienta a CODERN na celebração de Transações com Partes Relacionadas e em situações em que haja potencial conflito de interesses nestas operações, de forma a assegurar os interesses da companhia, alinhada à transparência nos processos e às melhores práticas de Governança Corporativa.

Conforme previsto em Estatuto Social, o Conselho de Administração da Companhia é composto, dentre outros, de um representante da Classe Empresarial, indicado pelos representantes no Conselho de Autoridade Portuária. Atualmente este cargo se encontra vago.

30. Maior e Menor Remuneração de Dirigentes e Empregados e Salário Médio

Descrição	2022	2021
Administradores		
Menor	31	18
Maior	43	28
Empregados		
Menor	1	2
Maior	30	29
Médio	5	5

Encontram-se incluso nos valores da maior e menor remuneração todas as vantagens e benefícios, em consonância com o previsto na Resolução CGPAR nº 03/2010.

31. Eventos Subsequentes

31.1 Arrendamento do Terminal Salineiro de Areia Branca

Em 05 de novembro de 2021, o Consórcio Intersal arrendou o Terminal Salineiro de Areia Branca, onde serão investidos R\$ 164 milhões, o qual foi promovido pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, na Bolsa de Valores de São Paulo.

Como a assunção da área por parte do arrendatário foi entregue em 01/11/2022, a CODERN deverá apresentar uma grande redução nas suas despesas e receitas no próximo exercício.

Vale destacar os seguintes impactos estimados gerados pelo Arrendamento do Terminal Salineiro de Areia Branca, como segue:

a) DESPESAS:

Permanecerá sob a responsabilidade da Companhia a manutenção do canal de acesso, manutenção de área remanescente, despesas com pessoal do grupo de supervisão da GERTAB, veículo, serviços de água, luz, telefone e combustível e contratos com terceiros, com custo estimado de R\$ 4.394.000/ano.

b) RECEITAS:

A arrecadação proveniente do arrendamento será originada de uma parcela variável mensal, com base no quantitativo de sal movimentado, e de uma parcela fixa mensal.

A CODERN também receberá recursos advindos da tabela I, pela utilização do canal de acesso e recursos do tarifário pela utilização das instalações do Terminal Salineiro.

A Receita total estimada é de R\$18.565.000/ano.

Ressalta-se ainda os reflexos oriundos do PDVE implantado pela Companhia no exercício de 2022, cuja execução resultará em significativa redução no quantitativo de pessoal, bem assim da despesa/custo com pessoal, considerando as adesões, como também empregados que não optaram pelo PDVE, conforme abaixo especificado.

Discriminação	Sede/Natal	Areia Branca	Total
Adesão	20	62	82
Desligamentos	12+04 (alvo)	58	74
Redução	R\$ 200.644,93	R\$ 667.380,01	R\$ 868.024,94
Meta	R\$ 339.311,93	R\$ 742.374,53	R\$ 1.081.686,46

Vale destacar que, até dezembro/2022 foram desligados 74 empregados inscritos no PDVE, sendo 16 da SEDE/NATAL e 58 da ATESAB, o que gerou uma redução de custo mensal da ordem de R\$ 868.024,94.

31.2 Imunidade Tributária

Considerando que a Companhia vem apresentando déficit financeiros nos últimos 5 anos, considerando ainda a redução da Receita Operacional da CODERN, em vista do arrendamento do Terminal Salineiro de Areia Branca a partir de 01/11/2022, a CODERN ingressou com processo judicial, a fim de pleitear imunidade tributária dos impostos relativos a ISS, IPTU e IPVA, de Natal e Areia Branca, uma vez que é uma Empresa Pública Federal, concessionária de serviços públicos pertinentes ao funcionamento de portos organizados do Rio Grande do Norte, nos termos do art. 21, inciso XII, alínea f, da Constituição Federal, sendo qualificada como Autoridade Portuária pela Lei nº 8.630/93, e, posteriormente, pela Lei nº 12.815/13, vinculada ao Ministério da Infraestrutura, conforme se constata de seu Estatuto Social, e precedentes do STF.

Com relação ao pleito ao Município de Areia Branca, em 28/09/2022, a 10ª Vara Federal emitiu Decisão favorável à CODERN, deferindo o pedido de antecipação de tutela para reconhecer a imunidade tributária recíproca referente ao IPTU e ISS da CODERN em face do Município de Areia Branca.

Quanto aos impostos de Natal/RN, na mesma data, a 1ª Vara Federal, emitiu Despacho intimando a parte para apresentar manifestação sobre o pedido de tutela de urgência, no prazo de 10 dias, e no prazo de 15 (quinze) dias mensurar devidamente o valor da causa, com base no proveito econômico a ser auferido no presente feito.

Em 28/10/2022, o Juiz da 1ª Vara Federal proferiu decisão favorável à CODERN, reconhecendo a imunidade tributária recíproca à CODERN, relativo ao ISS do Município de Natal.

No tocante aos impostos estaduais (ICMS e IPVA), em 24/10/2022, a 1ª Vara Federal - RN, intimou a parte autora para mensurar devidamente o valor da causa, com base no proveito econômico a ser auferido na presente demanda, bem como para juntar comprovante das custas iniciais complementares, caso necessário, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do feito.

A CODERN foi intimada a se manifestar no prazo de 05 dias sobre a petição, quanto à alegação de que a autora figura apenas como contribuinte de fato do ICMS, não podendo se opor ao pagamento da carga tributária incidente sobre o contribuinte de direito não imune, conforme despacho do Juiz da 1ª Vara Federal, emitido em 20/01/2023.

Em 03/02/2023, o Juiz da 1ª Vara Federal, proferiu sentença favorável à CODERN, deferindo o pedido de antecipação de tutela (**"DIANTE DO EXPOSTO, defiro o pedido de antecipação de tutela, para reconhecer a imunidade tributária recíproca em favor da CODERN relativamente ao IPVA e ao ICMS do Estado do Rio Grande do Norte, declarando suspensa a exigibilidade de tais tributos, bem como determinando que a parte demandada se abstenha de inscrever os valores em dívida ativa, de recusar a expedição de Certidão Positiva com efeitos de Negativa e de incluir o nome da autora no CADIN"**).

Vale ressaltar que, após o trânsito em julgado dos citados processos, cujas decisões em sendo favoráveis à CODERN, haverá o reembolso dos impostos pagos nos últimos 5 anos, bem como o cancelamento dos débitos inscritos na Dívida Ativa do Estado.

31.3 Distrato do Contrato da CMA-CGM

Com o encerramento do Contrato de Concessão de Uso Oneroso nº 084/2021, firmado com a CMA-CGM, a partir da segunda quinzena de abril/2023, ocasionará uma queda expressiva na receita do Porto de Natal, de aproximadamente R\$ 3.598.740,00.

Por outro lado, a CODERN vem buscando a recuperação dessa perda por meio do seu Plano de Negócios, tendo como resultado imediato da recuperação de parte dessa perda, ainda em 2023, o incremento das operações da Empresa Agrícola Famosa, exportadora de frutas, que realizará o escoamento da sua produção pelo Porto de Natal, com a previsão de exportar 60.000 toneladas, gerando uma receita de R\$500.000,00.

Com isso, para o exercício de 2023, o Porto de Natal apresenta uma projeção de receita de R\$ 11.614.463,98.

ESTÉFERSON UBARANA GOMES DA SILVA
Diretor Presidente
CPF Nº 069.580.704-88

MÁRCIO DE ALMEIDA MACHADO
Diretor Administrativo Financeiro
CPF 217.997.417-53

PAULO HENRIQUE DE MACEDO CARLOS
Diretor Técnico Comercial
CPF Nº 590.476.905-91

FRANCISCO JOSEFRAN DE AQUINO JUNIOR
Gerente de Recursos Financeiros
CPF Nº 011.815.944-56

ANA MARIA DE SENA
Contadora - CRC 3815/RN
CPF Nº 201.065.804-34



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria de Sena, Analista Portuário - Contador - Técnico Portuário - Técnico Em Contabilidade**, em 15/09/2023, às 13:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Renato Fonseca da Costa, Gerente Substituto de Recursos Financeiros**, em 15/09/2023, às 14:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Márcio Almeida Machado, Diretor Administrativo e Financeiro**, em 15/09/2023, às 15:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Henrique de Macedo Carlos, Diretor Técnico e Comercial**, em 15/09/2023, às 15:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Esteferson Ubarana Gomes da Silva, Diretor Presidente**, em 15/09/2023, às 15:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://super.transportes.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **7550459** e o código CRC **B161F9B0**.



Referência: Processo nº 50902.003131/2023-58



SEI nº 7550459

Av. Eng. Hildebrando de Gois, 220, - Bairro Ribeira
Natal/RN, CEP 59010-700
Telefone: 4005-5330